

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: SOB O OLHAR DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG**

Fernanda dos Santos Gonçalves

Acadêmica do Curso de Pedagogia –UNIMONTES

fernandasantosgonçalves27@gmail.com

Leonice Vieira de Jesus Paixão

Professora da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

leonicepibid2011@gmail.com

**Palavras-chave**: Transtorno do Espectro Autista– formação do Professor –Inclusão - Metodologias

**Resumo Simples**

O presente trabalho resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo analisar metodologias utilizadas por docentes aplicadas em sala de aula que garante a aprendizagem de crianças com Transtorno de Espectro do Autista. E como objetivos específicos: investigar a formação dos professores para lidar com alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista; identificar as estratégias de inclusão utilizadas pelos professores; verificar a percepção dos docentes sobre a importância da avaliação pedagógica e da elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na escola regular. Para embasamento teórico, tomamos como referencial teórico autores como Mazzota (2011), Belisário e Cunha (2010), Mantoan (1997/2003) dentre outros, ainda no decorrer deste estudo, foram empregadas legislações que discorrem sobre a importância da inclusão das crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA) sendo algumas delas a Lei nº 12.764/2012 que reconheceu os autistas como portadores de necessidades especiais e a Lei nº 13.977 de 08 de janeiro de 2020 que garante prioridade a atendimento através da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), entre outras leis que asseguram as pessoas portadoras do TEA. Embora a pesquisa não tenha sido submetida ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes, tivemos os cuidados éticos ao realizá-la. Os dados foram coletados por meio de um questionário com questões abertas e fechadas. Os sujeitos participantes foram 05 (cinco) professoras de uma escola pública do município de Montes Claros-MG. O resultado desse trabalho mostrou que os docentes pesquisados consideram importante ter a construção do PDI, o que auxilia os mesmos em sua preparação de plano de aula, além disso, contribui para compreender as necessidades dos alunos. No decorrer deste trabalho podemos constatar que o currículo e as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes ainda necessitam ser mais apropriadas para atender os alunos com Transtorno do Espectro Autista para que assim consigam uma educação inclusiva. Que apesar das muitas conquistas adquiridas pelo indivíduo com o Transtorno do Espectro Autista, muitas não são reconhecidas pelos professores, como exemplo do laço de identificação, a carteira Ciptea, a conquista mais identificada pelos professores é o professor de apoio e a sala de recursos multifuncionais, apesar desta ser reconhecida por alguns como “sala do AEE”, demonstrando o desconhecimento do que é o AEE. Constatamos ainda que, apesar da formação declarada pelos professores, com pós-graduação voltada para a inclusão, ainda temos muito o que avançar, pois ainda deparamos com professores que não compreende o processo de inclusão e a singularidade presente na inclusão do autista. Ademais a pesquisa reforçou a necessidade de aprofundamento dos estudos para entendimento do Transtorno do Espectro Autista e a necessidade de se pensar uma proposta educacional para que a pessoa com TEA consiga alcançar a aprendizagem promovendo assim uma educação mais inclusiva.

**Referências**

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira e CUNHA, Patrícia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: UFC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer?SãoPaulo: Moderna,2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, SP: Memnon, 1997. 235 p.

MOZZOTTA, Marcos J.S **Educação especial no Brasil**: história e politicas públicas-6. Ed- São Paulo: Cortez, 2011